

Texto Original

Breve história do Brasil, desde o seu descobrimento até a proclamação da República.

Carla Rossana Chianello Ramos, Biblioteca Nacional, auxiliou com pesquisas. Os contribuidores dos diferentes temas foram os professores Fred Góes, Max Justo Guedes, Paulo Roberto Pereira, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão e Simone Lahud Guedes. O Dr. Ronaldo Menegaz, consultor da Biblioteca Nacional e professor de literatura brasileira na Pontifícia Universidade Católica, preparou um texto uniforme apartir da narrativa dos vários contribuidores e analisou a exatidão dos contextos históricos e da língua. (2002)

Source Text

Brief history of Brazil from the discovery of the country until the proclamation of the Republic.

Carla Rossana Chianello Ramos, of the National Library of Brazil, assisted with research. Scholarly contributors were Professors Fred Góes, Max Justo Guedes, Paulo Roberto Pereira, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, and Simone Lahud Guedes. Dr. Ronaldo Menegaz, consultant to the National Library and Professor of Brazilian Literature at the Pontifícia Universidade Católica, prepared a uniform text of the historical narrative from the various contributors and checked the overall text for accuracy. (2002)

Cronologia

Segunda metade do Séc. XV

Navegações e descobrimentos na costa atlântica da África

O descobrimento do caminho das Índias

1494

O Tratado de Tordesilhas - divide as terras do novo mundo entre Portugal e Espanha

1500

Descobrimto do Brasil

1502

Início do ciclo do pau-brasil

1530-1532

Expedição de Martin Afonso de Sousa

1532

Fundação de São Vicente, primeira cidade brasileira

Os primeiros engenhos de açúcar

Início do tráfico de escravos negros

1534

As Capitânicas Hereditárias

1540-1542

Francisco de Orellana explora o rio Amazonas

1549

Chegada de Tomé de Sousa, 1º Governador Geral, à Bahia

Fundação da Cidade de Salvador, sede do Governo Geral

1554

Fundação de São Paulo

1565

Fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro

1572

Divisão do Brasil em dois governos gerais: Bahia e Rio de Janeiro

1580

Unem-se os dois reinos da Península-Ibérica: Portugal e Espanha

Século XVII

Os Bandeirantes - Exploração do interior

1612-1615

Os franceses no Maranhão

1624-1625

Os holandeses na Bahia

1630-1654

Os holandeses em Pernambuco

1637-1644

Governo de Maurício de Nassau-Siegen em Pernambuco

1640

Portugal separa-se da Espanha

1654

Assinado o Tratado de Tordesilhas e os holandeses são expulsos do Brasil

1695

O ouro é descoberto em Minas Gerais

1697

Palmares, um dos maiores quilombos de escravos fugitivos, é destruído
Morte de Zumbi, o líder negro

1727

O café é introduzido no Brasil

1746

O Mapa das Cortes

1750

O Tratado de Madrid marca o abandono do Tratado de Tordesilhas e a adoção do princípio do "Ut possidetis" para a fixação dos limites territoriais de Portugal e da Espanha na América do Sul

1763

O Rio de Janeiro é a sede do Governo

1777

Tratado de Santo Ildefonso. A Espanha devolve Santa Catarina mas fica com a Colônia do Sacramento

1788

Thomas Jefferson se corresponde com os Inconfidentes

1789

Inconfidência Mineira

1792

Execução de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes

1807

Napoleão I, Imperador dos Franceses, manda invadir Portugal

1808

A Família Real Portuguesa chega ao Brasil. O Rio de Janeiro, sede da Monarquia Portuguesa

Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas

Criação da Imprensa Nacional

1810

Fundação da Biblioteca Nacional

1815

O Brasil é elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves

1816

Intelectuais e artistas franceses, entre eles Jean Baptiste Debret, chegam ao Rio de Janeiro marcando os novos contatos culturais entre o Brasil e a Europa.

Carta de Thomas Jefferson a Stael-Holstein

1817

Revolução Pernambucana

A Princesa Leopoldina da Áustria, futura imperatriz do Brasil chega ao Rio de Janeiro

1819

Colonizadores suíços e alemães fundam Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro

1820

Revolução Liberal portuguesa inicia-se no Porto

1821

Anexação da Província Cisplatina

As Capitânicas transformam-se em Províncias

D. Pedro é nomeado Regente do Brasil

1822

D. Pedro, repelindo as ordens de voltar para Portugal, pronuncia o histórico "FICO"
Independência do Brasil (7 de setembro)

D. Pedro é proclamado Imperador do Brasil

Coroação de D. Pedro I (1º de dezembro)

Carta de William Short para Thomas Jefferson, em 12 de novembro de 1822 faz alusão
ao novo governo do Brasil.

1824

A Constituição Outorgada de D. Pedro I

Confederação do Equador, em Pernambuco

Os Estados Unidos reconhecem a independência do Brasil

1825

Grã-Bretanha e Portugal reconhecem o Brasil como nação independente

1828

Brasil e Argentina concordam com a criação do Uruguai como nação independente

1831

Abdicação de D. Pedro I

1831-1840

As Regências Una e Trina

1835-1845

Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul

1835-1840

Revolta chamada Cabanagem no Pará

1837-1838

Revolta chamada Sabinada na Bahia

1838-1841

Revolta chamada Balaiada no Maranhão

1840

Maioridade de D. Pedro II.

Anistia ampla a todos os rebelados das Províncias

Comissão Goodyear inventa a borracha vulcanizada. Usada pelos índios da Amazônia durante séculos, a borracha se torna industrialmente atrativa.

1841

Coroação de D. Pedro II

1850

Lei Euzébio de Queirós - Proibição de tráfico de escravos

Chegada dos primeiros imigrantes alemães em Santa Catarina

1851-1852

Guerras contra Oribe, no Uruguai, e contra Rosas, na Argentina

1863

A Questão Christie e o rompimento de relações com a Inglaterra

1864-1870

Guerra contra o Paraguai

1871

Lei do Ventre Livre

1872-1874

A Questão Religiosa

1876

Dom Pedro II visita os Estados Unidos no centenário de sua independência

1885

Lei dos Sexagenários

1885-1889

A Questão Militar

1887

Transferência da Capital de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte

1888

Lei Áurea de abolição da escravidão

1890

Proclamação da República

1891

Primeira Constituição Republicana

Marechal Deodoro, Presidente da República

Com a Renúncia de Deodoro, assume a Presidência o Marechal Floriano Peixoto

1891-1894

Governo do Marechal Floriano Peixoto

1893-1895

Revolta da Armada

1894-1898

Governo do Presidente Prudente de Moraes

1896

Fundação da Academia Brasileira de Letras

1896-1897

Guerra dos Canudos

1898-1902

Governo do Presidente Campos Sales

1900

Na disputa de fronteiras com a Guiana Francesa, o Amapá passa a pertencer ao Brasil

1902-1906

Governo do Presidente Rodrigues Alves

1903

O Brasil compra o Acre à Bolívia

1906-1909

Governo do Presidente Afonso Pena

1907

O Brasil participa pela primeira vez de uma conferência mundial, comparecendo à Segunda Conferência de Haia

1909-1910

Governo do Presidente Nilo Peçanha

1910

Revolta da Chibata na Marinha

O Brasil cria o Serviço de Proteção aos Índios

1910-1914

Governo do Presidente Marechal Hermes da Fonseca

1912-1915

A Questão e a Guerra do Contestado nos limites do Paraná e Santa Catarina

1913-1914

Expedição Científica de Franklin Roosevelt ao Rio da Dúvida no Brasil

1914-1918

Governo do Presidente Venceslau Brás

1916

Criação do Código Civil Brasileiro

1917

O Brasil entra na I Grande Guerra ao lado dos Aliados

1918-1919

Governo do Presidente Delfin Moreira

1919-1922

Governo do Presidente Epitácio Pessoa

1922-1926

Governo do Presidente Artur Bernardes

1924

A Coluna Prestes percorre o interior do país em peregrinação revolucionária

1926

Reforma da 1ª Constituição Republicana

1926-1930

Governo do Presidente Washington Luís

1929

A grande crise econômica mundial

1930

A Revolução da Aliança Liberal

1930-1934

1º Governo de Getúlio Vargas na Presidência da República

1932

Revolução Constitucionalista de São Paulo

1933

Assembléia Nacional Constituinte para elaborar a nova Constituição

1934

Segunda Constituição Republicana

1937

Golpe de Estado de Vargas instala o Estado Novo

Dissolução do Congresso e outorga de Nova Constituição

1939

Início da II Grande Guerra

1942

O Brasil rompe com o Eixo e declara guerra ao lado dos Aliados

1945

Fim da II Guerra. Vitória dos Aliados

Deposição de Getulio Vargas

Eleições Gerais

1946

Promulgação da Constituição da IV República Brasileira

1946-1951

Governo do Presidente General Eurico Gaspar Dutra

1951-1954

Governo do Presidente Getulio Vargas

1954

Tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda

Suicídio do Presidente Getulio Vargas

1954-1955

Presidência de Café Filho

1956-1961

Governo do Presidente Juscelino Kubitzcheck

1960

Inauguração de Brasília no Novo Distrito Federal em terras pertencentes a Goiás

O antigo Distrito Federal passa a constituir o Estado da Guanabara

1961

Governo do Presidente Jânio Quadros

Renúncia do Presidente Jânio Quadros

Assume a Presidência o Vice Presidente João Goulart

Novo Sistema de Governo - O Parlamentarismo

1962

Volta ao Sistema Presidencialista em Plebiscito Nacional

1963

Comício do Presidente João Goulart na Central do Brasil

1964

Golpe de Estado depõe o Presidente João Goulart

Governo Provisório de Ranieri Mazzilli

O Marechal Humberto Castelo Branco é eleito Presidente pelo Congresso Nacional

1967

Eleito Presidente o General Artur da Costa e Silva

1968

O Ato Institucional 5 (AI-5) impõe censura aos jornais, revistas rádios e TVs

Cassação de direitos políticos

Início dos Anos de Chumbo

1969

Eleito Presidente o General Emilio Garrastazu Medici

1973

Criação da Usina de Itaipu

1974

Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro

1975

O General Ernesto Geisel é eleito Presidente pelo Congresso Nacional

1979

Eleito pelo Congresso Nacional, assume a Presidência da República o General João Batista Figueiredo
Regulamentada a Lei da Anistia

1982

Eleições diretas para Governadores dos Estados

1983

Início do movimento das "Diretas já"

1985

Tancredo Neves é eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral (15 de janeiro)
Morre Tancredo Neves sem ter tomado posse da Presidência (21 de abril)
O Vice-Presidente José Sarney toma posse da Presidência

1986

O Brasil tem nova moeda: o Cruzado

1987

Instalada a Assembléia Nacional Constituinte

1988

Promulgada a Nova Constituição

1989

Realizadas as primeiras eleições diretas para a Presidência da República depois do Golpe de 64

1990

Fernando Collor de Mello, eleito por eleição direta, assume a Presidência da República

1991

Concluída a obra da Usina de Itaipu

1992

"Impeachment" do Presidente Fernando Collor de Mello

Assume a Presidência da República o Vice-Presidente Itamar Franco

1993

Criação de nova moeda: o Cruzeiro Real

Plebiscito para a escolha do regime entre: Parlamentarismo Monárquico, Parlamentarismo Republicano e Presidencialismo. Ganha a terceira opção

1994

Criação de nova moeda: o Real

1995

Assume a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso

1998

Fernando Henrique Cardoso é eleito para um segundo mandato

2000

O Brasil comemora os 500 anos de seu descobrimento

Navegações e Descobrimentos

No século XV quando se inicia o grande movimento das navegações portuguesas, Portugal era um pequeno reino premido entre a costa atlântica e a Espanha. Do antigo Condado Portucalense constituído das terras situadas entre os rios D'ouro e Minho, o reino foi-se formando à medida que descia para o sul, conquistando terra dos mouros. Não podendo se expandir para o interior da Península Ibérica restava aos portugueses a conquista do mar que lhes fazia frente. A busca de um caminho para o Oriente que evitasse as terras dos mouros e do império turco levou-os a percorrer a costa ocidental da África em direção ao sul. Na primeira metade do século XV eles exploraram as ilhas dos Açores e da Madeira.

A navegação pela costa d'África e os conseqüentes descobrimentos devem-se principalmente à ação do Infante Dom Henrique, filho do rei D. João I, iniciador da dinastia de Avis. Por ordem de D. Henrique, Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador em 1434. Depois desse feito, seus capitães gradativamente foram atingindo o Cabo Branco, a foz do rio Senegal, o Cabo Verde, Gâmbia, Serra Leoa e o Cabo das Palmas, até que em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o cabo terminal do continente africano, o chamado Cabo das Tormentas, que teve seu nome mudado para Cabo da Boa Esperança.

No entanto, enquanto os portugueses se dirigiam para o sul, Cristóvão Colombo, navegador genovês a serviço dos reis de Espanha, buscava o Oriente navegando em direção ao Ocidente.

As rivalidades entre Portugal e Espanha com relação ao domínio das terras conquistadas pelas navegações tiveram - como era de hábito na época - a intervenção do Papa, que emitiu várias bulas buscando resolver o impasse entre as duas potências do mar. Em 1492 sobe ao trono de São Pedro um cardeal espanhol, Rodrigo Bórgia, que adotou o nome de Alexandre VI. Estava eleito papa alguém da escolha dos reis de Espanha. Não demorou que Alexandre VI tornasse nulas as disposições de outros pontífices, seus antecessores, que beneficiavam Portugal e, sendo espanhol e homem de confiança de Fernando de Aragão, procurou beneficiar a Espanha. D. João protestou diante das bulas de Alexandre que privilegiavam a Espanha, retirando benefícios anteriormente concedidos aos portugueses e mandou agentes à Espanha para propor

uma nova linha divisória entre os domínios reais de Portugal e Espanha, que fosse menos prejudicial a Portugal. Ficou sugerido que em lugar de um meridiano fosse adotado como limite um paralelo que partindo das Canárias para o norte separasse das portuguesas as terras e ilhas pertencentes à Espanha. Garantia-se assim para Portugal todo o hemisfério sul, a Índia e as ambicionadas terras das especiarias.

Em 7 de junho de 1494 foi assinado o tratado na povoação castelhana de Tordesilhas. Pelo tratado, que se chamou originalmente "Capitulação da Partição do Mar Oceano", uma linha imaginária que viesse do pólo ártico ao pólo antártico a qual linha ou raia "se tinha de dar e dê direita, como dito é a trezentas e setenta léguas das Ilhas de Cabo Verde", o que ficava ao levante ou a leste da linha pertenceria a Portugal, o que estivesse ao poente seria da Espanha. Desse modo, ficava assegurado para Portugal o domínio das terras das Índias e garantia-se a maior parte da costa do Brasil, à parte que ficasse entre uma linha vertical unindo Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina.

Cartografia: a constituição do país como território

Max Justo Guedes In: Brasiliana da Biblioteca Nacional

No último quartel do século XV, a escola cartográfica lusa tornou-se a primeira da Europa, notadamente porque as viagens pioneiras da carreira da Índia e a ação dos nautas portugueses no Oriente forneciam-lhe conhecimentos de primeira mão e notável acuidade.

Esta primazia foi mantida durante o século XVI, mas sofreu forte abalo quando Províncias Unidas, na sua guerra de independência contra Castela, iniciaram suas expedições marítimas no rumo das terras e ilhas asiáticas.

Apoiada por magnífico conjunto de artistas, gravadores e homens de ciência, a escola cartográfica holandesa rapidamente superou a congênera portuguesa e predominou na Europa até o espetacular desenvolvimento ocorrido na França ,após a fundação da Academia de Ciência de Paris (reinado de Luís XIV) e a solução de problemas crucial à cartografia: a determinação astronômica das longitudes. Tendo como base os estudos e descobertas de Galileu e as tábuas de outro italiano, Cassini, a cartografia francesa alcançou níveis altíssimos que veio mostrar os gigantescos avanços que os portugueses haviam realizado nos território hoje brasileiros, burlando a linha de Tordesilhas. O alarme na corte lusitana obrigou a Coroa a contratar, no estrangeiro , técnico que reavivassem os estagnados estudos matemáticos, geográficos e astronômicos em Portugal; havia que ser totalmente refeito o mapa do Brasil e negociados os limites americanos com os vizinhos castelhanos. Na academia militares portuguesas e na do Rio de Janeiro, formou-se notável plêiade de geógrafos e astrônomos que, a principio acompanhado os estrangeiros contratados, reformularam totalmente a cartografia do Brasil para as demarcações dos limites do Tratado de Madri (1750) e, posteriormente, do de Santo Idelfonso (1777).

A gigantesca produção cartográfica então sugerida serviu de base para que no Império e início da República, fossem solucionadas as nossas questões de fronteiras e organizada a Carta do Império do Brasil (1875); não foram menores os esforços no mar, pois permitiram que nos dias atuais, a Diretoria de Hidrografia e Navegação construa cartas náuticas de excepcional qualidade.

O Período Colonial

O pau-brasil, assim chamado pela tinta cor de brasa que dele se extraía era empregado na indústria têxtil para tingir panos. Desde o século IX era trazido da Índia pelos árabes através do Mar Vermelho e do Egito. Descoberta a América era natural que os exploradores buscassem na opulência das florestas a madeira cor de brasa que alcançava alto preço na Europa. Segundo o cronista Gaspar Correia, em suas Lendas da Índia, a nau de Pedro Álvares Cabral que voltou a Lisboa a dar notícia do descobrimento já levou uma partida de pau-brasil.

A exploração dessa planta, abundante nas costas brasileiras, foi a primeira atividade rentável da colônia e constituiu o primeiro ciclo econômico da história do Brasil. A obtenção se fazia através dos índios pelo sistema de escambo, trocando-se com eles a madeira por pentes, tesouras, facas, ferramentas, vidrilhos e guizos. O comércio legal ou ilegal do pau-brasil perdurou até o século XIX, mas com a descoberta das anilinas o pau-brasil foi gradativamente sendo eliminado do mercado.

Os primeiros engenhos de açúcar no Brasil terão sido instalados na Capitania de São Vicente. Em 1534 Pero Lopes de Sousa e seu irmão, Martin Afonso, donatário da Capitania, celebraram um contrato de sociedade com João Veniste, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves, para a construção de dois engenhos.

Deles poderia ter procedido o primeiro açúcar brasileiro embarcado para Portugal, embora a notícia documentada que se tem é de um embarque de açúcar feito na Capitania do Espírito Santo, em setembro de 1545, conforme carta de Ambrósio de Meira a D. João III. Encontraram-se notícias da existência de engenhos em quase todas as capitanias ainda no século XVI. Para prover todos os engenhos de mão-de-obra habilitada, requeriam-se pessoas das ilhas portuguesas do Atlântico, onde de há muito se conhecia o cultivo da cana e a fabricação de açúcar. Para o plantio e outros trabalhos mais pesados, crescia o número de escravos africanos, cujo tráfico se inicia com a fundação dos primeiros engenhos.

A Escravidão no Brasil

Uma das grandes questões da história do Brasil foi a da escravatura que, iniciada nos alvares da colonização, provavelmente em 1532, estendeu-se até 1888. São três séculos e meio de escravidão, condição na qual o negro desempenhou importante papel tanto na fase colonial quanto depois da Independência, no desenvolvimento econômico do Brasil.

Os negros, comprados aos sobas da África, atravessavam o Atlântico em terríveis condições, comprimidos em embarcações denominadas “navios negreiros”, “funileiros” ou “túmbeiros

Vinham de diferentes regiões da África: da costa ocidental, de Cabo Verde ao Cabo da Boa Esperança; da costa oriental, de Moçambique, também das regiões do interior do continente. Daí o fato de se encontrarem em diferentes estágios de civilização. O grande grupo dos sudaneses, compostos pelos iorubas ou nagôs, os jejes e os minas, bem como o grupo berbere-etiópico, com os fulas e os mandês, estavam num estágio mais avançado de civilização; os sudaneses islamizados eram os mais adiantados e foram os que vieram a liderar movimentos de rebelião e formação de quilombos. O grupo de cultura banto, de que faziam parte os angolas, os congos ou cabindas, os benguelas e os moçambiques, eram mais atrasados, encontrando-se ainda na fase do fetichismo, com sistema de propriedade coletiva e organização familiar rudimentar. Os escravos africanos entravam no país principalmente através dos portos do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife e de São Luís.

Desses portos, eram espalhados por todo o país. Chegados ao porto da destinação, os negros eram armazenados em um barracão à espera de que fossem vendidos. Fatores vários eram considerados para o estabelecimento do preço de cada um: o sexo, a idade, a procedência e o destino que lhe seria dado. Os escolhidos para o trabalho nas minas obtinham preços mais altos que os destinados à lavoura ou ao trabalho doméstico.

Quantos escravos africanos teriam entrado no Brasil, do século XVI ao século XIX? Há várias hipóteses para estabelecer esse cálculo. Afonso d'Escragnolle Taunay calcula

um total de 3.600.000 escravos africanos desembarcados no Brasil. O historiador discrimina essas entradas por século:

100.000	no século XVI
600.000	no século XVII
1.300.000	no século XVIII
1.600.000	no século XIX

Nos meados do século XVII a população escrava no Brasil já superava a população livre.

É no século XVII que se formou o mais importante quilombo da história da escravidão negra no Brasil, o quilombo de Palmares, no interior da província de Alagoas.

De simples reduto de escravos fugidos, Palmares converteu-se em centro da resistência contra a escravatura no século XVII. Os fazendeiros senhores de escravos, portugueses e brasileiros, estavam ocupados com a luta contra os holandeses que se tinham, a partir do Recife, apoderado de grande parte do Nordeste. A luta contra os holandeses desviava-os do problema do quilombo. Enquanto isso, Palmares crescia sempre. Antes da sua expulsão, os holandeses tentaram desalojar o grande quilombo, mas foram fragorosamente derrotados. Expulsos os holandeses do Nordeste, foram necessárias várias expedições para destruir Palmares. Conseguiu-o o bandeirante Domingos Jorge Velho em fevereiro de 1694, depois de intensa resistência dos quilombolas. Uma figura desta luta tornou-se lendária, Zâmbi ou Zumbi, que ficou como símbolo e herói da liberdade. Zâmbi, mesmo ferido na luta em defesa de Palmares, conseguiu fugir e só foi aprisionado quase dois anos depois, quando foi entregue por um negro fugido recapturado, que informou o lugar onde o chefe estava Escondido.

No dia 20 de novembro de 1695, André Furtado de Mendonça cortou a cabeça do chefe guerreiro e levou-a para Recife.

Em 1850 a Lei Eusébio de Queirós proíbe o tráfico de escravos. A partir desse momento, intensifica-se a campanha pela abolição total da escravidão. Esse ideal que motivou a atuação de políticos, artistas, poetas, militares e intelectuais, não foi alcançado de uma só vez; a lei da abolição total foi precedida de outras parciais como a

Lei do Ventre Livre que declarava livres todos os filhos de escravos que nascessem a partir da data de sua promulgação, 28 de setembro de 1871.

Em 1885, a Lei dos Sexagenários libertava todos os escravos de 65 anos em diante. A abolição total veio a 13 de maio de 1888, durante a Regência da Princesa Isabel, na ausência do Imperador, que estava em viagem à Europa.

A Lei Áurea, como foi chamada, provocou profunda desordem na economia do país; com exceção de São Paulo, nas províncias não se tinham providenciado meios de substituição do braço escravo pelo braço livre.

Os Holandeses no Brasil

Em 1621 criou-se na Holanda a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais destinada a agir nos domínios ultramarinos de Portugal e Espanha. O Brasil, cujo litoral já vinha sendo visitado pelos holandeses atraídos pelo pau-brasil e pelo açúcar, tornou-se o alvo imediato da ação da Companhia. A primeira tentativa holandesa foi na Bahia, cuja cidade do Salvador foi atacada em maio de 1624. Em face da pequena oposição levantada pelos moradores, conseguiram desembarcar e logo ocupar a cidade.

Na Europa organizou-se uma expedição de cerca de 12.000 homens, sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório. A expedição, composta de espanhóis, portugueses e napolitanos chegou à baía de Todos os Santos, e enquanto parte dos homens fizeram o cerco à cidade, outros cuidaram de destruir as embarcações holandesas. Os holandeses entregaram-se com armas e munições. E a expedição, à qual se juntaram homens da cidade e reforço vindo de Pernambuco, tomou posse da cidade de Salvador, enquanto os holandeses se retiravam.

Em 1630 os holandeses apossaram-se inicialmente de Pernambuco e aos poucos foram estendendo suas conquistas para o sul até Sergipe e para o norte até Maranhão. Acreditando a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais que a nomeação de um Governador-Geral poderia consolidar suas conquistas no Brasil, contratou para o cargo o conde Maurício de Nassau-Siegen, que chegou a Recife em 1637.

Maurício de Nassau-Siegen cuidou bem da cidade, dotando-a de palácios e fortificações. Sua corte era abrilhantada pela presença e pela obra de homens ilustres como o médico Pies, o botânico Marcgrave, os pintores Franz Post, Eckhout e Wagener e pelo biógrafo de Nassau, Gaspar Barléu autor de *Rerum per Octennium in Brasíliá*, considerada a mais monumental obra sobre o Brasil colonial.

Nassau era amante de festas e admirador das belezas tropicais. No entanto os moradores luso-brasileiros sofriam limitações a seu culto religioso, além de inúmeros prejuízos materiais.

Pouco a pouco foi-se criando um clima de insatisfação e mesmo de insurreição. André Vidal de Negreiros começou a articular o movimento de insurreição na Paraíba, e os

insurrectos puderam contar com a contribuição dos negros de Henrique Dias e dos índios de D. Antônio Felipe Camarão.

Os luso-brasileiros, que elegeram João Fernandes Vieira como seu chefe, derrotaram os holandeses na primeira e na segunda batalha dos Guararapes e foram pouco a pouco efetuando a reconquista de suas terras. A guerra entre a Inglaterra e a Holanda veio enfraquecer ainda mais o poderio holandês no Brasil.

As longas e difíceis negociações entre Portugal e Holanda resultaram na capitulação da Holanda em 1654, com relação aos domínios portugueses no Brasil, mas as divergências continuaram em outras possessões portuguesas.

A obra mais importante para o conhecimento de todas as condições em que se processavam o cultivo e a indústria do açúcar no Brasil colônia é a que escreveu o padre jesuíta João Antônio Andreoni sob o criptônimo de André João Antonil - *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, editada em 1711 e imediatamente apreendida pelas autoridades de Lisboa.

A maioria dos escravos que vieram inicialmente para o cultivo da cana-de-açúcar era proveniente da nação Iorubá, cuja área geográfica corresponde atualmente à Nigéria e ao Benin

Em 1578 desaparece na batalha de Alcácer-Quibir o rei D. Sebastião sem deixar herdeiro para o trono; de 1578 a 1580, reina seu tio, o cardeal - infante D. Henrique, que também morre sem deixar herdeiro.

A coroa portuguesa passa então à cabeça do rei Felipe II da Espanha, que era, como D. Sebastião, neto de D. Manuel. Essa união das duas coroas ibéricas vai fazer com que toda a América do Sul tivesse um único soberano; as linhas demarcatórias de fronteiras tornaram-se menos rígidas. Tanto portugueses quanto espanhóis podiam percorrer o vasto território. Tais condições favoreceram a expansão para oeste, que foi empreendida pelas expedições conhecidas como Bandeiras, as quais, partindo de São Paulo, exploraram o interior do continente além da linha do Tratado de Tordesilhas. Os bandeirantes abriram seu caminho através de florestas inóspitas e rios caudalosos até

atingirem o vasto planalto central. Às vezes, esses desbravadores eram forçados a acampar por meses em um mesmo local. Quando tinham condições de prosseguir, alguns de seus integrantes optavam por permanecer e se fixar no local, dando origem a muitas das cidades e aldeias do interior do país. Essa ocupação da parte ocidental do território brasileiro não foi planejada e teve como importante resultado, a expansão territorial do Brasil.

Quando, em 1640, em Portugal é aclamado um novo soberano português, o Duque de Bragança que se torna D. João IV, portugueses e brasileiros recusam-se a abandonar as terras que haviam ocupado a oeste da linha demarcadora de Tordesilhas.

A história dessas bandeiras está associada à descoberta de ouro e de diamantes nas novas terras anexadas. Cerca de mil toneladas de ouro e três milhões de quilates de diamantes foram extraídos do interior do Brasil entre 1700 e 1800, constituindo a mineração um novo ciclo na história econômica do Brasil: o ciclo do ouro. A mineração ajudou a formar uma sociedade rica e de gosto apurado na região das Minas Gerais, onde se desenvolveram cidades e vilas. A arquitetura da época, sobretudo a que se esmerava na construção de igrejas para as irmandades religiosas, atesta até hoje, a vida opulenta que tiveram cidades como Ouro Preto, São João d'El-Rei, Mariana, Tiradentes, Sabará e Congonhas do Campo.

Muito embora sob controle rígido a produção de ouro fosse totalmente embarcada para Lisboa, pouco ficava dessa riqueza na metrópole. Pelo Tratado de Methuen, assinado em 1703, a Inglaterra forneceria a Portugal produtos têxteis - que ele ficava proibido de produzir. Portugal pagaria com o ouro extraído das minas do Brasil. Assim, a maior parte do ouro brasileiro mandado para Portugal acabou tendo Londres como destino e ajudou a financiar a Revolução Industrial.

Escreve Helio Viana em sua História do Brasil, v II p. 151: "principal transformação durante o Império registrada na agricultura brasileira foi a substituição do predomínio da lavoura canavieira, vigente desde o século XVI, pela cafeeira". Era tal a importância do café já nos primeiros anos da independência que nas armas e na bandeira nacionais figuravam um ramo de cafeeiro e um ramo de tabaco.

Da Inconfidência Mineira à Independência

A Inconfidência Mineira

No século XVIII começam a aparecer os primeiros sinais do nativismo brasileiro. Poetas, exaltando a pujança da natureza brasileira e as qualidades de seu povo, iniciam a "invenção do Brasil". Os poemas neoclássicos: *Caramuru*, de Santa Rita Durão, e *Uraguai*, de Basílio da Gama, são bons exemplos da manifestação de um nativismo brasileiro na literatura do século XVIII. Entre os movimentos políticos do século XVIII, precursores da Independência do Brasil, nenhum teve a ressonância da Inconfidência Mineira.

A conjuração ocorrida na Capitania de Minas Gerais deu-se na confluência de causas externas e internas. Entre as externas, a principal foi, sem dúvida, a repercussão na colônia portuguesa da independência das 13 colônias inglesas da América do Norte.

O fato histórico veio sacudir não só a elite intelectual da colônia, cujo grande centro econômico era, na época, a Capitania de Minas Gerais, mas também estudantes brasileiros nas Universidades européias: Coimbra, Bordéus, Montpellier e Paris. Um estudante brasileiro em Montpellier, José Joaquim da Maia, tomou a iniciativa de escrever ao Ministro dos Estados Unidos na França, Thomas Jefferson, solicitando o apoio de seu grande país a um futuro movimento pela independência do Brasil.

Em 1794, Jefferson enviou um trecho de seu relatório inicial sobre o Brasil ao Presidente George Washington.

De Monticello, nos últimos anos de sua vida, Jefferson revelou seu desejo:

" de não ver imperadores ou reis em nosso hemisfério e tanto Brasil quanto México se igualem a nós"

Outro fator de importância nas origens da Inconfidência foi a divulgação entre os intelectuais e os estudantes das idéias iluministas dos filósofos franceses como Rousseau, Voltaire, Montesquieu e os enciclopedistas Diderot e d'Alembert. Entre as causas internas, a maior delas era a decadência da mineração do ouro em Minas Gerais. À medida que o ouro se tornava mais raro, maiores eram as dificuldades

dos mineradores de satisfazer as exigências da Coroa.

Acrescentam-se ainda os maus governos da Capitania nessa fase de dificuldade econômica. Como a capitania não satisfazia a demanda de ouro da metrópole, criou-se a cobrança chamada "derrama" ou seja, cobrança forçada e geral do ouro.

A insurreição deveria acontecer no dia marcado para a derrama, mas, antes disso, três delatores denunciaram a conspiração ao governo da capitania; um dos três havia participado de reuniões e, por isso, seu nome é o mais conhecido deles, Joaquim Silvério dos Reis, que devia à Fazenda Real valor de grande vulto, dívida que ele desejava lhe fosse perdoada em recompensa à denúncia.

O movimento da Inconfidência teve vida curta; durou apenas os primeiros meses de 1789, e foram poucas as reuniões conspiratórias realizadas. Não se chegou mesmo a escolher um chefe. Com relação ao plano político pouca coisa além da independência foi resolvido.

Havia quem desejava a república, mas havia também monarquistas; se alguns eram favoráveis à abolição da escravatura, outros a julgaram inconveniente. Algumas idéias econômicas e sociais ficaram claramente delineadas: o fomento à produção algodoeira; o aproveitamento do ferro e do salitre existentes na capitania; a proposta de se premiarem as mães de grandes proles e a criação de uma milícia popular.

As figuras mais destacadas da conjuração foram: José Álvares Maciel, filósofo e estudioso de Química; Francisco de Paula Freire de Andrade, tenente coronel do regimento dos dragões e, do mesmo regimento, aquele que se tornaria o mais entusiasmado propagandista do movimento: Joaquim José da Silva Xavier, cognominado o Tiradentes.

O movimento conspiratório atraiu grande número de intelectuais, militares e alguns sacerdotes. Alguns dos nomes mais destacados do movimento são os de Cláudio Manuel da Costa, poeta e ex-secretário do governo; Inácio José de Alvarenga Peixoto, também poeta e minerador, e sua esposa Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira; o ex-ouvidor da Comarca e Desembargador ainda não empossado da Relação da Bahia,

o também poeta, nascido em Portugal, de pai brasileiro, Tomás Antônio Gonzaga.

Cinco figuras do clero participaram da conjuração: Padre Carlos Correia de Toledo e Melo, Vigário de São José d'El-Rei, Padre José da Silva e Oliveira Lopes e Manuel Rodrigues da Costa. Alguns militares e profissionais liberais: o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Pisa; o coronel Francisco de Oliveira Lopes; o coronel José Aires Gomes; o médico Domingos Vidal de Barbosa; o praticante de cirurgia, Salvador Carvalho de Amaral Gurgel; o abastado lavrador José de Resende Costa e seu filho do mesmo nome.

Denunciada a conspiração, procedeu-se à prisão dos inconfidentes; José Joaquim da Silva Xavier foi preso no Rio de Janeiro. O processo durou de 1789 a 1792, quando foi dada a sentença; foram condenados à morte na forca: Tiradentes, o tenente-coronel Freire de Andrade, José Alvares Maciel e mais oito inconfidentes. Sete réus foram condenados ao degredo perpétuo na África. Os outros foram absolvidos.

Desde o começo do processo da devassa, D. Maria I havia determinado que a pena capital fosse comutada em degredo perpétuo a não ser para aqueles que apresentassem circunstâncias agravantes, que foi o caso do Tiradentes, o qual chamou a si toda a responsabilidade do movimento, razão por que sua pena não foi comutada e ele foi morto na forca no dia 21 de abril de 1792, seu corpo foi esquartejado e partes dele foram mandadas para Minas a fim de serem expostas nos próprios lugares onde ele tinha propagado suas idéias revolucionárias.

Também na Bahia a difusão dos ideais da Revolução Francesa foi a causa de um movimento libertário ocorrido nove anos depois da Inconfidência Mineira. A Conjuração Baiana, diferentemente do movimento de Minas, do qual participaram sacerdotes, ricos proprietários e intelectuais, teve a participação quase exclusiva de homens simples do povo, soldados, alfaiates, negros forros e até escravos. Pode-se dizer que a Inconfidência Mineira foi um movimento aristocrático enquanto a Conjuração Baiana foi nitidamente popular.

A distribuição de pasquins manuscritos pelos revolucionários ofereceu à Secretaria do Governo a oportunidade de chegar ao líder da conjuração, o soldado Luís Gonzaga das Virgens.

Delatores também denunciaram outros participantes do movimento. Em dezembro de 1798, o Príncipe Regente determinou que os acusados fossem sentenciados pela Relação da Bahia; a sentença condenatória foi pronunciada em 7 de novembro de 1799: forca e esquartejamento para os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, para os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino. Para os outros sentenciados degredo para a África e para a ilha de Fernando de Noronha. Os réus escravos foram condenados a açoites e a serem vendidos para fora da Bahia.

A Independência do Brasil

No começo do século XIX reinava em Portugal Dona Maria I. Sofrendo a rainha de deficiência mental, era Regente do reino seu filho D. João, Príncipe do Brasil. Em 1808, como Portugal não tinha aderido ao bloqueio continental da Inglaterra decretado por Napoleão Bonaparte, o Imperador dos Franceses declarou deposta a Casa de Bragança, enquanto tropas francesas e espanholas invadiam o reino de Portugal. É nesse momento que o Príncipe Regente põe em execução um projeto antigo, que era a transferência da corte portuguesa para o Brasil.

A vinda da família real portuguesa alterou grandemente, a situação do Brasil que, de simples colônia ultramarina, transformava-se em sede da monarquia. Logo em 1815, a colônia é elevada à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Além de trazer para o Rio de Janeiro os órgãos da administração, como as Secretarias de Estados, os Conselhos, etc.

O Príncipe Regente criou a Academia Militar e da Marinha, o Hospital e Arquivo Militar, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico, a Intendência-Geral da Polícia, a Real Biblioteca que deu origem à atual Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil, a Imprensa Régia e outros benefícios mais que justificam o título que lhe foi dado pelo historiador Oliveira Lima, o de "Fundador da Nacionalidade Brasileira".

Uma das primeiras providências do Príncipe Regente ao chegar ao Brasil foi a de abrir os portos da colônia às nações amigas.

A vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro propiciou as viagens de naturalistas e investigadores europeus interessados no estudo da geografia e da natureza do Brasil. O casamento do príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara com D. Leopoldina, filha do Imperador Francisco II da Áustria, e notoriamente afeiçoada aos estudos das ciências naturais incentivou a vinda de naturalistas, sobretudo alemães e austríacos em viagens de exploração científica.

Em 1820 ocorre uma revolução no Porto de que resultou a convocação das Cortes - que não se reuniam desde o século XVII e a formação de uma Junta do Governo Revolucionário. Os rebeldes do Porto empreenderam marcha sobre Lisboa, onde

destituíram os governadores nomeados pelo rei, assumindo o governo uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.

Contratada pelo Embaixador Marquês de Marialva, veio ao Rio a Missão Artística Francesa. Seus componentes foram: Joaquin Lebreton, chefe da missão, Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, pintores; Auguste Taunay, escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto, Charles Simon Pradier, gravador, e outros. Logo depois foi criada a Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil.

Foram as Cortes portuguesas que exigiram o retorno da família real. D. João regressa a Lisboa, em junho de 1821, deixando D. Pedro como regente do reino no Brasil. De certo modo, D. João previa a independência do Brasil e preferia que, independente, o reino desta parte americana ficasse com seu filho a ficar com algum aventureiro. D. João terá dito a D. Pedro: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros".

D. João despediu-se em 24 de abril de 1821 com um solene beija-mão. Dois dias depois o rei deixava o Rio de Janeiro, levando consigo a família e aproximadamente três mil pessoas.

D. Pedro assumiu a regência em grave crise econômica, enquanto em Lisboa, as Cortes continuavam seus trabalhos orientados no sentido de recolonizar o Brasil. A atuação dos representantes do Brasil nas cortes - em menor número que os de Portugal - não estava sendo suficiente para mudar as determinações contra o Brasil da maioria portuguesa. Um decreto das Cortes, do dia 18 de abril de 1821, declarava independentes do governo central, localizado no Rio de Janeiro, na pessoa do Príncipe Regente, todos os governos provinciais. Esse decreto não só abalava a autoridade do Príncipe Regente, como também estimulava a desagregação; através de outro ato das mesmas Cortes, os comandos militares das províncias ficavam ligados diretamente a Lisboa. As Cortes exigiam também a volta do Príncipe, alegando a necessidade de completar sua educação na Europa "para um dia ocupar dignamente o trono português". Os partidários da Independência movimentaram-se para impedir o regresso de D. Pedro, não obstante as promessas do príncipe a seu pai de que havia de cumprir as ordens de Lisboa.

O movimento pela permanência do Príncipe Regente no Brasil tomava forma e se definia; os patriotas, adeptos da idéia de Independência, tentavam mobilizar a opinião pública. Um abaixo-assinado redigido por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio recebeu a adesão das Juntas Governativas das Províncias de Minas Gerais e São Paulo. No dia 9 de janeiro de 1822 foi solenemente entregue a D. Pedro que, em face de tal demonstração, aceitou em permanecer no Brasil, pronunciando uma declaração bastante conciliatória: "Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e convencido de que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorarei a minha saída até que as Cortes e meu augusto pai deliberem a esse respeito com conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido". No dia seguinte foi divulgada, como resposta oficial e definitiva, uma declaração de D. Pedro: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". O dia 9 de janeiro de 1822 ficou definitivamente marcado na História do Brasil como o "Dia do Fico".

O "Dia do Fico" provocou reações nas forças fiéis a Portugal. O General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, à frente da Divisão Auxiliadora Portuguesa, tentou forçar o Príncipe a obedecer às ordens das Cortes e regressar a Portugal. D. Pedro reuniu as forças que lhe eram fiéis e preparava-se para a luta, quando um emissário lhe trouxe a comunicação de que a Divisão Auxiliadora Portuguesa se retirava para a Praia Grande (Niterói), onde aguardava novos contingentes que substituiriam os efetivos daquela Divisão pronta a regressar a Portugal.

O processo da Independência está relacionado com o poder crescente da burguesia no século XIX, marcado por fatos históricos como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos. Também foi fator decisivo a atuação da Imprensa que nesse período que precede a Independência dá seus primeiros passos no Brasil. Em 1820 circulava no Rio de Janeiro a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e na Bahia, a *Idade de Ouro do Brasil*. Em março de 1821 começa a circular no Recife, a *Aurora Pernambucana*, enquanto no Rio surgia o *Diário do Rio de Janeiro*, jornal apolítico e informativo que circulou até 1878. Em agosto de 1821, surge o primeiro jornal de verdadeira atuação política, o *Diário Constitucional*, o qual foi deprecado por militantes simpatizantes de Portugal. Deixando de circular diariamente, passou a chamar-se *O*

Constitucional. Em 15 de setembro de 1821 aparece o *Revérbero Constitucional Fluminense*, cujos redatores, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, eram ardorosos propugnadores da Independência. Dentre os periódicos da época, foi o *Revérbero* o mais atuante em favor da Independência, chegando a concitar o Príncipe Regente em linguagem direta: "Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo império".

Assim caminhava o Brasil para um rompimento definitivo com a metrópole portuguesa, a despeito da ação das Cortes em Portugal, totalmente opostas à idéia de um Brasil independente. Em maio de 1822 uma resolução do Príncipe Regente ordenava que as ordens e decretos das Cortes só seriam executados depois de aprovados pelo Príncipe e com a chancela "cumpra-se".

Outra contribuição importante para a Independência foi dada pela maçonaria. Foi por sugestão da maçonaria que o Senado da Câmara ofereceu a D. Pedro o título de "Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil". Em carta a seu pai, o Príncipe narra o sucedido e acrescentava: "honro-me e orgulho-me do título que me confere este povo leal e generoso; mas não o posso aceitar tal como se me oferece. O Brasil não precisa de proteção de ninguém, protege-se a si mesmo. Aceito, porém o título de Defensor Perpétuo e juro mostrar-me digno dele enquanto uma gota de sangue correr nas minhas veias".

Em 15 de fevereiro de 1822, pressionadas pelo Príncipe Regente, retiram-se as tropas da Divisão Auxiliadora que se encontrava em Niterói. No dia seguinte, é criado o Conselho dos Procuradores das Províncias, a ser presidido pelo Príncipe Regente; os membros do Conselho Permanente teriam as mesmas prerrogativas dos conselheiros de Estado de Portugal. Esse Conselho já representava, de certo modo, uma Assembléia Legislativa, que funcionou até abril de 1823.

Embora se esboçasse cada vez mais concretamente a independência do Brasil, não desistiam as Cortes de tirar D. Pedro do Brasil. Em março de 1822, um mês, portanto, depois da partida da Divisão Auxiliadora, chegava à barra do Rio de Janeiro uma nova tropa para substituir as de Avilez. Era composta de uma nau, uma fragata, três charruas e dois transportes com cerca de 1250 homens. Sua finalidade: obrigar o Príncipe

Regente a regressar a Portugal. Em princípio a esquadra teve que se contentar em fundear fora da barra; depois recebeu permissão para entrar, mas foi-lhe designada uma posição estratégica: ficava entre as fortalezas da barra e os navios fiéis a D. Pedro. O comandante recebeu ordem de regressar, e foi permitido o desembarque de oficiais e praças que desejassem servir ao Brasil, o que foi feito por muitos deles.

Depois da criação do Conselho dos Procuradores das Províncias, outro passo decisivo para a Independência foi a convocação da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil. Essa Assembléia manter-se-ia em comunicação com as Cortes de Lisboa, mas tinha autoridade para deliberar sobre as condições em que o Brasil deveria manter sua ligação com Portugal e examinar a constituição que se elaborava em Portugal e a aplicabilidade, no Brasil, de suas decisões. O decreto de convocação da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, lavrado a 3 de junho, representava praticamente a Independência do Brasil.

É de 1º de agosto o decreto segundo o qual seriam consideradas inimigas quaisquer tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil.

A Independência completa já era um fato; só faltava proclamá-lo.

Em 14 de agosto D. Pedro vai a São Paulo tentar apaziguar os ânimos, exaltados que estavam, desde o motim de maio contra o secretário da Junta Governativa da Província, Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Em sua ausência, fica presidindo a regência a Princesa Dona Leopoldina, assistida pelo Ministério. Em São Paulo, o Príncipe Regente passa por Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes.

Na capital da província sua autoridade foi imediatamente reconhecida e acatada. Visitou também a Vila de Santos e, quando voltava a São Paulo, recebeu, próximo ao riacho Ipiranga, as mensagens de Dona Leopoldina e do Ministério com sérias notícias de exigências das Cortes de Lisboa. D. Pedro pediu então conselho aos jovens paulistas que formavam sua Guarda de Honra e um deles, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira respondeu-lhe que se ele não se fizesse rei do Brasil, poderia vir a ser prisioneiro das Cortes e, talvez, deserddado.

O Príncipe reuniu os acompanhantes da viagem, relatou-lhes o que estava acontecendo: que as Cortes desejam escravizar o Brasil e que desde o momento, o Brasil separava-se de Portugal; retirou as cores constitucionais portuguesas, azul e vermelho, do chapéu, atirou-as fora. Deram-se vivas à Independência, e a D. Pedro. O Príncipe pronunciou então as palavras que seriam divisa do Brasil: Independência ou Morte.

Período Imperial

Em 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono do Brasil, seu filho Pedro de Alcântara foi aclamado imperador com o título de D. Pedro II.

Porém, como contava com apenas cinco anos de idade, não pôde assumir o governo, que foi entregue inicialmente a uma Regência Trina Provisória até que a Assembléia Geral elegeisse a Regência Trina Permanente, composta por José da Costa Carvalho, Bráulio Muniz e Francisco de Lima e Silva. A Assembléia ratificou a escolha de José Bonifácio de Andrada e Silva, feita anteriormente por D. Pedro I para tutor de D. Pedro II, em sua menoridade

Em 1834 criou-se a Regência Una, a ser eleita por um período de quatro anos. Foi eleito regente o Padre Diogo Antônio Feijó, que permaneceu no cargo até 1837, quando renunciou; foi eleito para substituí-lo o Senador Pedro de Araújo Lima. A regência de Araújo Lima, que deveria durar até 1842, encerrou-se em 1840 com a proclamação da maioria de D. Pedro II.

Os partidários da antecipação da maioria do jovem imperador acreditavam que o fortalecimento do poder central, na pessoa do imperador, poria termo à agitação reinante em algumas províncias.

O reinado de D. Pedro II, também chamado de Segundo Reinado, estendeu-se de 1840 a 1889.

As Campanhas Platinas

Na política externa, o que agitou o país foram os conflitos que o Império teve que enfrentar na região do rio da Prata. Esses conflitos estavam ligados às próprias condições históricas que deram origem aos países da região.

O Vice Reinado do Prata, criado em 1777, apesar de falar a mesma língua – o castelhano, e de ter uma unidade religiosa – o catolicismo, era formado por regiões com fortes identidades locais; diferentemente do Brasil, onde as diferenças regionais não significavam a quebra de uma unidade nacional, a despeito dos movimentos revolucionários e até separatistas como os que ocorreram nos períodos do Império e da Regência, o Vice Reinado do Prata fragmentou-se em três países: Paraguai, Argentina e Uruguai. O primeiro a se tornar independente foi o Paraguai, em 1810, libertando-se tanto da Espanha, quanto do governo de Buenos Aires. Na Argentina, o movimento pela independência começou em 1810, mas só em 1816 foi proclamada a soberania Argentina pelo Congresso de Tucuman.

O Uruguai nunca aceitou sua anexação ao Brasil feita em 1820. De 1825 a 1828 o movimento pela independência se acentuou. Disso resultou a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, que terminou com o acordo entre as Províncias Unidas (Argentina e o Brasil), para assegurar a independência da República Oriental do Uruguai, que teve sua Constituição promulgada e aprovada pelo Brasil e pela Argentina, em 1830.

Atendendo a uma sugestão de Juan Manuel de Rosas, ditador da Confederação Argentina, o General Manuel Oribe, presidente do Uruguai renunciou à presidência. Assumiu a presidência do Uruguai seu primeiro presidente Frutuoso Rivera. Desejando voltar ao governo, Oribe declarou-se em revolta contra o governo do Uruguai, contando com o apoio de Rosas. O governo uruguaio declarou guerra à Confederação Argentina. Essa guerra, chamada Grande Guerra durou 10 anos e de nada valeram os esforços pacificadores do Brasil, da França e da Inglaterra. Rivera, batido por Oribe, asilou-se no Rio Grande do Sul. Senhor do governo uruguaio, Oribe começou a atacar e saquear estâncias de brasileiros no Uruguai chegando mesmo a invadir as fronteiras do Rio Grande do Sul para roubar gado, assassinando estancieiros e peões. Decidido o

governo imperial a mudar essa situação, aliou-se aos governadores das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, então em revolta contra Rosas para expulsar as forças de Oribe do território uruguaio.

Resolvido, temporariamente, o problema uruguaio, passou a política imperial a outro problema platino, que era a guerra com Rosas. Foi celebrado um convênio com os governos do Uruguai e os das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes para deporem o ditador, causa de tanto desequilíbrio na região platina.

Formou-se assim o Grande Exército Libertador da América do Sul composto de forças brasileiras, uruguaias, argentinas (de Corrientes e de Entre Rios), que deveria ser comandada na Argentina pelo General Urquiza. Caxias traçou o plano da campanha: as forças aliadas subiriam o rio Paraná até o ponto mais conveniente de desembarque para marchar contra as forças de Rosas. Parte da esquadra brasileira ficaria na Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires para o caso de uma necessidade de ameaçar a capital portenha, se Rosas opusesse resistência.

Dando cumprimento ao plano de Caxias, a esquadra sob o comando de Grenfell forçou a passagem fortificada de Tonelero. O exército aliado desembarcou no porto de Diamante e foi ao encontro das forças de Rosas, que foram vencidas na Batalha de Caseros em 3 de fevereiro de 1852. O ditador argentino fugiu para o estrangeiro e os exércitos entraram em Buenos Aires. Organizou-se um novo governo sob a chefia de Urquiza.

No Uruguai a situação não se tranqüilizou depois da derrota de Oribe. Como não cessassem as incursões contra o território do Rio Grande do Sul, foi mandado a Montevideu o Conselheiro José Antonio Saraiva, que por maiores que tenham sido seus esforços, não conseguiu obter do governo uruguaio explicações satisfatórias exigidas pelo governo imperial, uma vez que o Presidente do Uruguai, Atanasio Cruz Aguirre contava com uma intervenção do Paraguai contra o Brasil e a seu favor. Assim, o Brasil rompeu relações com o Uruguai, e forças brasileiras, apoiadas pela esquadra, invadiram o território uruguaio e apoiaram o chefe colorado Venâncio Flores contra os blancos de Aguirre.

Vencidos os blancos, Venâncio Flores assumiu o governo, deu ao Brasil as satisfações exigidas e reataram-se as relações entre Brasil e Uruguai.

Quando se resolvia a questão com o Uruguai, o Brasil já estava lutando contra o governo do ditador do Paraguai: Francisco Solano Lopes.

Antes de 1864 eram satisfatórias as relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. O Brasil tinha sido o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia e diplomaticamente sempre zelou pela soberania do Paraguai contra desejos expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata e, posteriormente, da Argentina. Em compensação o Brasil tinha livre trânsito, pelo rio Paraguai, dos navios que se destinavam à Província do Mato Grosso.

Em 1864 o Paraguai era o país mais armado da América do Sul. Políticos uruguaios do partido blanco resolveram recorrer à intervenção de Francisco Solano Lopes, ditador do Paraguai na questão então travada com o Brasil: o Brasil exigia do Uruguai satisfação por repetidos incidentes na fronteira. Os blancos insistiam em obter de Francisco Solano Lopes o compromisso de romper com o Brasil, caso nosso país se mantivesse, como se manteve, exigindo as explicações do Uruguai.

O ditador do Paraguai ofereceu-se como mediador na questão entre o Brasil e o Uruguai, mas nosso país não aceitou porque já havia a mediação da Argentina e da Inglaterra.

Com a presença dos mediadores, um protocolo estabelecendo as condições de paz foi assinado entre os dois países, mas logo o Presidente Aguirre, do Uruguai desaprovou o protocolo, inutilizando todo o trabalho de pacificação do Brasil, da Argentina e da Inglaterra.

A 4 de agosto de 1864 o governo brasileiro mandou um ultimatum ao governo uruguaio, que foi por esse devolvido no dia 9 e no dia 30 o Uruguai rompia relações com o Brasil. Entrementes o governo paraguaio protestava contra o ultimatum brasileiro e contra qualquer ocupação do território uruguaio.

O governo considerou essa ação do Paraguai uma impertinência, que foi respondida pelo Brasil em 1º de setembro. Somente a 12 de outubro uma força brasileira sob o comando do Brigadeiro José Luís Mena Barreto entrou no Uruguai, aí permanecendo até o dia 24. Nada justificaria a atitude do governo paraguaio, determinando a captura do vapor brasileiro "Marquês de Olinda" em viagem pelo rio Paraguai, aprisionando seus passageiros e a tripulação.

No princípio de dezembro entrou em território uruguaio a divisão brasileira do Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto.

No dia 13 o Paraguai declarou guerra ao Brasil, começando no dia 26 o ataque a nosso forte Nova Coimbra, no Mato Grosso.

Uma segunda coluna paraguaia ocupou a colônia militar de Dourados, onde houve heróica resistência por parte de seu comandante Tenente Antônio João Ribeiro e seus 16 companheiros, que foram vencidos pelos inimigos em número muito superior.

Não permitindo a Argentina que tropas paraguaias cruzassem seu território para irem juntar-se aos blancos do Uruguai, o Paraguai invadiu o território da Argentina e capturou navios argentinos no rio Paraná. Esse fato fez com que o Brasil conseguisse a aliança da Argentina e do Uruguai, agora governado pelos colorados. Foi assinado em 1º de maio de 1865, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança, Argentina, Brasil e Uruguai, contra o ditador Solano Lopes, do Paraguai.

No primeiro período da guerra, a Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865 foi o lance mais notável.

Nela a esquadra brasileira, sob o comando do Almirante Barroso, destruiu definitivamente o poderio naval dos paraguaios. Num segundo momento do primeiro período, os paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul, ultrapassando o rio Uruguai, ocupando e saqueando as cidades gaúchas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. As forças brasileiras sob o comando do Marechal Manuel Luís Osório cercou os paraguaios e libertou Uruguaiana, que eles mantinham ocupada. Terminou, então, a tentativa paraguaia de se juntar aos blancos do Uruguai.

No segundo período da guerra, o Brasil, que estava desprevenido, tratou de mobilizar-se. Foi convocada a Guarda Nacional e foram organizados os batalhões de Voluntários da Pátria. Inicialmente o comando das tropas aliadas coube ao Presidente da Argentina, General Bartolomeu Mitre, embora a maior parte dos soldados fosse brasileira. A invasão do Paraguai se realizou na região chamada Passo da Pátria, próximo à confluência dos rios Paraná e Paraguai. Com o apoio da esquerda transposto o rio Paraguai e iniciada a ofensiva aliada no território inimigo.

O Marechal Manuel Luís Osório foi a grande figura desse período em que se registraram as vitoriosas batalhas de Passo da Pátria e Tuiuti, no mês de maio. Em setembro obtiveram os brasileiros uma nova vitória tomando Curuzu.

No segundo período da guerra, sob o comando do Marquês de Caxias, depois de um longo cerco, foi tomada a fortaleza de Humaitá, principal centro da resistência paraguaia.

Perdida Humaitá estabeleceram-se as tropas paraguaias na altura de Lomas Valentinas, visando a impedir o avanço dos aliados rumo a Assunção, plano que Caxias inutilizou, contornando as posições paraguaias através da região do Chaco, na margem direita do rio Paraguai. As tropas aliadas venceram os paraguaios no combate de Itororó e na batalha de Avaí, em 11 de dezembro.

Entre 21 e 27 de dezembro travou-se uma das mais encarniçadas batalhas da guerra, a de Lomas Valentinas, onde ocorreu quase a destruição total do inimigo, mas Solano Lopes conseguiu escapar com alguns cavaleiros. A guarnição de Angostura, separada do resto do exército paraguaio pela manobra de Caxias, entregou-se no dia 30. A 5 de janeiro de 1869 entraram os aliados em Assunção.

Em seu quarto período o comando da guerra esteve com o Príncipe Gastão de Orleans, Conde d' Eu, genro do Imperador, que reorganizou o exército brasileiro contando com o auxílio de grandes chefes como Osório e Polidoro. Lopes, por sua vez, organizou um novo exército, batido pelo Conde d' Eu nas batalhas de Peribebui e Campo Grande. A última batalha, a de Cerro Corá, foi vencida pelo Brigadeiro João Antônio Correia da Câmara, em 1o de março de 1870. Solano Lopes ferido, intimado a render-se, preferiu resistir, sendo morto, o que pôs fim à guerra.

Dom Pedro II

Biografia de Dom Pedro II

Filho de D. Pedro I e de sua primeira esposa, a arquiduquesa Leopoldina, filha de Francisco I, Imperador da Áustria, nasceu em 2 de dezembro de 1825. Com a abdicação de seu pai, em 7 de abril de 1831, ele foi aclamado imperador, cabendo o governo inicialmente a uma Regência Trina, composta pelos senadores José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. José Bonifácio de Andrada e Silva foi designado tutor do jovem imperador, que foi declarado maior em 23 de julho de 1840, e sua coroação ocorreu em 18 de julho de 1841. Seu reinado de quarenta e nove anos foi marcado pela prosperidade e pelo progresso. Muito contribuiu para o êxito de seu reinado a excelente cultura obtida pelo seu gosto pelos estudos, sua curiosidade científica e seu relacionamento com grandes intelectuais de seu tempo. Casou-se com a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha do rei de Nápoles. Em seu reinado foi construída a primeira estrada de rodagem do país, a União e Indústria, que ligava o Rio de Janeiro a Petrópolis e a Juiz de Fora. Outros empreendimentos marcaram seu reinado: a primeira locomotiva a vapor; a instalação do cabo submarino entre o Brasil e a Europa, a inauguração do telefone e a instituição do selo postal.

Ao ser deposto pelo movimento republicano, em 15 de novembro de 1889, deixou o país expressando seu "ardente desejo de grandeza e prosperidade para o Brasil". Morreu em Paris em 5 de dezembro de 1891. Seus restos mortais foram transferidos para o Brasil e descansam na Catedral de Petrópolis junto com os da Imperatriz, da Princesa Isabel e do Conde d' Eu, seu genro.

O Imperador, que sempre fora um admirador de Abraham Lincoln, visitou os Estados Unidos na oportunidade do Centenário de sua Independência, em 1876, participando ao lado do Presidente Grant da abertura da Grande Exposição do Centenário. Durante a exposição o Imperador encontrou Alexandre Bell, que demonstrava sua nova invenção: o telefone. O Imperador foi a primeira pessoa a comprar ações na companhia de Bell, a "Companhia de Telefone Bell". Um dos primeiros telefones no mundo instalado em

residência particular foi o de D. Pedro II no Palácio de Petrópolis, sua residência de verão, a quarenta quilômetros do Rio de Janeiro.

A curiosidade e o interesse do Imperador pelo telefone de Bell mostram o quanto ele valorizava os avanços da tecnologia e sua contribuição para o bem-estar da humanidade. D. Pedro II deu ao Brasil quarenta e nove anos de paz interna, prosperidade e progresso.

Um fato importante relacionado com o reinado de D. Pedro II e as relações do Brasil com os estados Unidos da América foi a fundação da cidade de Americana, no Estado de São Paulo. Depois da derrota do Sul na Guerra Civil Americana, o Imperador convidou plantadores de algodão bem sucedidos dos Estados Confederados para virem ao Brasil. Entre 1867 e 1871, pelo menos, três mil famílias de confederados passaram pelo porto do Rio de Janeiro. 80% desses imigrantes voltaram para os Estados Unidos, mas ficou em terras paulistas uma bem sucedida colônia - Americana - fundada pelo Coronel William Hutchinson Norris, de Mobile, Alabama. Localizada a setenta e cinco quilômetros da capital de São Paulo, Americana tem hoje uma população de 250.000 pessoas. 10% da população descendem das famílias confederadas que vieram no século XIX.

Famílias como os Mac Knight, os Whitaker celebram os feriados americanos e fazem seu churrasco à maneira do Sul. Rosalyn Carter, esposa do Presidente Jimmy Carter, tem parentes enterrados no cemitério dos confederados em Americana. Em 1992, o Presidente Bill Clinton escreveu uma carta para os descendentes dos Confederados de Americana, lembrando que o Estado de Arkansas tinha enviado colonos para o Brasil

República

Apesar da mais ampla liberdade de opinião vigente no Segundo Reinado, nunca se havia pensado, antes de 1870, da criação de um Partido Republicano. Somente no ano do término da Guerra do Paraguai, alguns liberais aliados a alguns jovens que ainda não haviam participado de atividades políticas assinaram, em 3 de dezembro de 1870, um manifesto republicano, fundando um clube e um jornal com essa tendência política.

Como o nosso partido, criado em 1870 recebeu adesões nas províncias, especialmente na de São Paulo, onde se realizaram duas convenções em 1873: uma na capital e outra em Itu.

Nas principais províncias crescia o número de adeptos da República: em São Paulo, Francisco Glicério, Américo Brasiliense e dois futuros presidentes, Prudente José de Moraes e Manuel Ferraz de Campos Sales; em Minas Gerais, Antônio Olinto dos Santos Pires e João Pinheiro; no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos e Assis Brasil; em Pernambuco, Martins Junior.

No Rio de Janeiro, dentre os republicanos, salientam-se Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e Lopes Trivão, e na Escola Militar tinha adeptos entre seus discípulos o professor positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O Apostolado Positivista, núcleo dos adeptos da filosofia de Augusto Comte, também era propagandista da república, e desejava a instauração de uma ditadura republicana. Seus principais orientadores eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Em novembro de 1884 articulou-se uma conspiração entre os republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que resolveram que se proclamaria a república no dia 20, quando se reunisse a Assembléia Geral. No dia 11 reuniram-se em casa do Marechal Deodoro da Fonseca para discutir a proclamação. No dia 14, porém, espalharam-se boatos de uma prisão iminente de Deodoro e de Benjamin Constant.

Essa notícia, apesar de não ter fundamentos precipitou os acontecimentos, pondo-se em prontidão alguns corpos da guarnição do Rio de Janeiro. Assumindo o comando

desses corpos, na manhã de 15 de novembro o Marechal Deodoro dirigiu-se ao Campo da Aclamação (hoje Praça da República), onde mandou prender o Ministro da Marinha, Chefe da Esquadra, o Barão de Ladário, que, resistindo à ordem de prisão dada por uma tenente, foi por este baleado. Deodoro penetrou no edifício do Quartel General do Exército e aí depôs o ministério. D. Pedro II tendo descido de Petrópolis reuniu o Conselho de Estado no Paço e aceitou a pedido de exoneração do ministério do Visconde de Ouro Preto, encarregando de substituí-lo na chefia do governo o Conselheiro José Antônio Saraiva.

Quando este, à noite, dirigiu-se por escrito a Deodoro, comunicando o ocorrido, já o chefe da revolta havia concordado em assinar os primeiros atos que declaravam instaurado o novo regime, sob a forma republicana e federativa.

Proclamada a República, estabeleceu-se o Governo Provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e constituído pelos ministros: Aristides Lobo, do Interior; Campos Sales, da Justiça; Rui Barbosa, da Fazenda; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; Benjamim Constant, da Guerra; Eduardo Wanderkolk, da Marinha, e Demétrio Ribeiro, da Agricultura.

O novo governo dirigiu uma proclamação ao país, anunciando a instauração do novo regime. Pelo 1º decreto era adotado o sistema republicano federativo, até que o Congresso Constituinte resolvesse a respeito.

As antigas províncias tornavam-se estados federados. Adotava-se o nome de Estados Unidos do Brasil para a nova república.

O governo provisório preocupou-se com a situação da família imperial. Foi solicitada sua retirada do país a que aquiesceu o ex-imperador. Não aceitou, porém, que lhe pagassem 5.000 contos de réis para suas despesas no exílio. Na madrugada de 17 de novembro, a família imperial embarcou para a Europa.

No dia 19 foi decretada a adoção de nova bandeira e novo escudo de armas para o Brasil. Da bandeira imperial mantinha-se o losango amarelo sobre o quadrilátero verde; o brasão do Império era substituído por uma esfera azul onde estrelas representavam os estados da Federação, e, cortando o campo azul, uma faixa branca com a divisa

positivista "Ordem e Progresso".

No Natal desse ano de 89, o poeta norte-americano Walt Whitman escreveu um poema saudando o nascimento da nova república.

Não foi tranqüila a situação do Governo Provisório. Faltavam ao Marechal Deodoro qualidades políticas necessárias ao desempenho da função, decorrendo daí algumas crises como a que ocorreu em janeiro de 1891, de que resultou a demissão coletiva do primeiro ministério.

O Governo Provisório chegou ao fim em fevereiro de 1891, quando o Congresso Constituinte aprovou a nova Constituição da República e elegeu o novo governo: O Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito Presidente e o Marechal Floriano, Vice-Presidente. Transformado o Congresso Constituinte em Congresso Nacional, dividido em Senado Federal e Câmara dos Deputados, verificou-se um intenso movimento de oposição ao governo. Irritado com algumas iniciativas dos senadores e deputados, que o Presidente julgava ofensivas a sua administração, Deodoro resolveu dissolver o Congresso, ato que foi aceito ou aprovado pelos governadores dos estados, com exceção do Governador do Pará, Lauro Sodré.

Contra a dissolução do Congresso, rompeu no Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1891, uma revolta da esquadra comandada pelo Contra-Almirante Custódio José de Melo.

Deodoro preferiu renunciar a ver derramamento de sangue brasileiro numa resistência que ele tinha condições de opor. De acordo com a Constituição, passou então o governo a seu substituto legal, o Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto. Assumida a Presidência da República em substituição a Deodoro, Floriano Peixoto declarou sem efeito a dissolução do Congresso e promoveu a substituição de todos os governadores estaduais que se tinham posto de acordo com a dissolução do Congresso.

Em função da resistência de alguns governadores, ocorreram distúrbios em várias unidades Federativas, iniciando-se um período de intranqüilidade. Discutia-se, então, se

Floriano Peixoto deveria convocar novas eleições para Presidente ou lhe caberia completar o período de governo de Deodoro.

Em conseqüência da instabilidade política, rompeu no Estado do Rio Grande do Sul a Revolução Federativa, que só terminou em 1895, já no governo de Prudente de Morais. Outra revolta da armada ocorreu, novamente sob a chefia de Custódio José de Melo, visando a deposição de Marechal Floriano Peixoto, que reagiu com energia e intransigência.

Durante a presidência de Prudente de Morais, no sertão do Nordeste do Estado da Bahia, no arraial de Canudos, reuniu-se um núcleo de fanáticos chefiados por Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro. A resistência desse bando de sertanejos às investidas das forças estaduais e federais despertou forte sensação e repercussão nas ruas do Rio de Janeiro.

Depois da extraordinária resistência dos sertanejos - descrita magistralmente na obra *Os Sertões*, 1902, de Euclides da Cunha - foram os rebeldes vencidos e aniquilados, em outubro de 1896 pelas forças comandadas pelos generais Artur Oscar de Andrade Guimarães e Cláudio do Amaral Savaget, arrasando-se o famoso arraial e sendo morto seu chefe.

Durante a Presidência de Campos Sales (1899-1902), dedicou-se o governo principalmente à solução da situação financeira em que se encontrava o país, sendo eficazmente auxiliado por seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho. Durante a presidência de Campos Sales estabeleceu-se a chamada "Política dos Governadores", de troca de apoio entre o governo federal e os estaduais. Essa política ocasionou a formação de várias oligarquias estaduais e permaneceu vigente até a Revolução de 30.

A presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) foi um período de intensas reformas administrativas e notável progresso do país, especialmente em sua capital, o Rio de Janeiro, que foi totalmente modernizada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos e saneada contra a febre-amarela e a varíola por Osvaldo Cruz, Diretor-Geral de Saúde Pública.

A obrigatoriedade da vacina antivariólica serviu de pretexto a um levante da Escola Militar, chefiado pelo General Silvestre Travassos e pelo político Lauro Sodré. A sedição foi prontamente dominada pelo Governo Federal, em 1904. A presidência de Afonso Pena (1906-1909) foi marcada pela continuidade da administração de seu antecessor, de quem fora vice-presidente. A construção de estradas de ferro e de portos, o incremento da imigração, a reforma do Exército e da Marinha, a criação do Instituto de Manguinhos, depois denominado Osvaldo Cruz foram alguns dos grandes benefícios da administração Afonso Pena.

A Exposição Nacional de 1908, comemorativa do centenário da abertura dos portos, mostrou o progresso do Brasil em um século. A hostilidade política do vice-presidente do Senado, Pinheiro Machado, aliando-se à candidatura presidencial do Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, deu origem a uma crise política que precipitou a morte do Presidente, em 1909.

O Vice-Presidente Nilo Peçanha completou, de acordo com o disposto na Constituição o período do Governo Afonso Pena, uma vez que era Vice-Presidente do Presidente falecido. Em seu governo reformou-se o antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e foi criado o Serviço de Proteção aos Índios.

Fundaram-se escolas de Aprendizes Artífices. Não foi tranqüilo o período da presidência do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). A chamada "política da salvação" que gerava intervenções nos estados para substituir oligarquias que denominavam alguns deles não ocorreu sem incidentes e conflitos.

Enquanto o café enfrentava dificuldades e a industrialização dava seus primeiros passos no centro-sul do país, no norte era a borracha o produto econômico mais importante. Em 1912 foram produzidas 42 mil toneladas de borracha bruta para o mercado internacional trazendo riqueza para a região.

A economia da borracha trouxe para a região norte expressiva migração de nordestinos e uma distribuição muito desigual de renda entre o seringueiro e os seringalistas, altamente concentrada nas mãos destes últimos. A luta pela posse de seringais levou o

Brasil a comprar o Acre da Bolívia por dois milhões de libras esterlinas, em 1903.

Além do pagamento em dinheiro, o Brasil comprometeu-se a indenizar a companhia boliviana (The Bolivian Syndicate) que tinha arrendado a área, e construir a ferrovia Madeira-Mamoré ligando os dois países.

Em 1907, após duas interrupções, a construção da estrada Madeira-Mamoré foi retomada, sob a supervisão de engenheiros norte-americanos. A estrada foi concluída em 1912, quando já começava a crise da produção da brasileira, em decorrência da entrada da borracha asiática no mercado internacional.

Em 1914 o Brasil recebeu a visita do presidente americano Theodore Roosevelt, que veio participar da expedição na Amazônia. Roosevelt gostava de desafios e se juntou ao Marechal Cândido Rondon, naturalista brasileiro que se tornou seu amigo.

Desta viagem cheia de dificuldades resultou a descoberta do Rio das Dúvidas, afluente do Amazonas com 1000 milhas de extensão ainda inexplorado. Este rio nasce no Estado de Rondônia e corta os estados de Mato Grosso e Amazonas na sua porção setentrional e teve seu nome mudado para Rio Roosevelt.

Durante o período presidencial de Venceslau Brás (1914-1918) ocorreu a I Grande Guerra de que o Brasil sofreu as conseqüências econômico-financeiras.

Atingido pela campanha submarina sustentada pela Alemanha contra a marinha mercante dos países neutros, o Brasil reconheceu o estado de guerra criado contra nós pela Alemanha e decidiu participar da guerra ao lado das nações aliadas. Mandou o Brasil uma divisão naval para operar nas águas africanas do Atlântico fazendo o patrulhamento da região. Oficiais do Exército brasileiro foram incluídos nas forças que lutavam na Europa, para onde foi mandada, também, uma Missão Médica Brasileira.